

Governo brasileiro e bancos privados estão mais próximos de um acordo

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Existem novas evidências — além do notável bom humor exibido ontem por William Rhodes, do Citicorp — de que o Brasil e os bancos comerciais estão se aproximando de um acordo. São detalhes até aqui desconhecidos de contra propostas dos dois lados.

Os bancos melhoraram significativamente sua proposta para o Discount Bond (bônus de desconto), que originalmente era de desconto de 32,5% no principal para um papel de 25 anos de prazo. O Brasil pedira desconto de 37,5% para um papel de 30 anos de prazo. A contraproposta dos bancos equivalia portanto a um desconto de 29 a 30%, devido à redução de 5 anos no prazo.

Mas os banqueiros já aceitaram o prazo de trinta anos para esse papel. Isso encoraja vários observadores a raciocinar que ob-

viamente os dois lados vão encontrar-se a meio caminho com um desconto de 35%, o mesmo concedido ao México.

Os bancos melhoraram igualmente sua proposta para o Par Bond (bônus par), que mantém o valor do principal mas oferece um desconto nos juros. As propostas dos dois lados têm prazos iguais, trinta anos. A diferença está nos juros. O Brasil pede juros fixos de 4,8% durante toda a vida do papel. Os banqueiros querem juros fixos de 6,25% como concederam ao México, alegando que as Filipinas se contentaram com 6,5% e a Venezuela com 6,75%.

A proposta dos bancos começava com juros de 5,25% nos primeiros dois anos de vida desse título, subindo gradualmente a cada dois anos até alcançar os 6,25%. A melhoria que eles ofereceram aqui foi de reduzir um ponto na altura inicial dos juros: o país começaria pagando cerca de

4% nos dois primeiros anos. Sabe-se, embora não se conheçam ainda os detalhes, que os bancos melhoraram ainda suas exigências de juros nos primeiros anos para os outros papéis. No caso do New Money Bond (bônus de dinheiro novo), porém, foi a vez de o Brasil dar um passo.

Inicialmente os brasileiros propuseram um papel com 25 anos de prazo, quinze de carência e juros de Libor mais 13/16 avos. Além disso, pediam 25% de dinheiro novo para cada conversão ao par de dólar da dívida antiga pelo novo bônus. Isso equivale a uma proporção de 4 por 1. Os bancos contrapropuseram um papel mais complexo, com condições diferentes para os dólares novo e antigo, mas em resumo sua proporção de dinheiro novo era de 16,75%, o que corresponde a uma proporção de 6 por 1.

O Brasil avançou em duas frentes. Primeiro reduziu o prazo de 25 anos pa-

ra 20 anos, enquanto os bancos pedem 15 anos (para o dólar novo) e 17 anos (para o dólar antigo). Além disso, baixou a exigência de dinheiro novo, dos 25% originais, para 22,5%. Assim, se antes uma conversão de US\$ 4 bilhões de dívida antiga implicava US\$ 1 bilhão de dinheiro novo, agora essa mesma conversão implica em US\$ 900 milhões de dinheiro novo.

Poucos duvidam que aí já se antevê um acordo em torno da proporção de cinco por um, ou seja, um dólar de dinheiro novo para cada cinco dólares de dinheiro antigo, que é o ponto médio. A visita do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e suas conversas com banqueiros já afetaram ontem o mercado secundário. O principal título da dívida externa do País, MYDFA (instrumento de depósito do acordo multianual de 1988), passou ontem de novo a fronteira dos 33 centavos por dólar.